

Forte Securitizadora S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório da Administração Forte Securitizadora S.A.

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Forte Securitizadora S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Todas as informações financeiras estão apresentadas em Reais e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia emitiu 32 (trinta e duas) séries de CRIs, totalizando o valor de R\$457.840.

O resultado líquido obtido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi um lucro líquido de R\$ 5.892 (R\$2.353 em 2021) e o seu patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 29.042 (R\$ 22.703 em 31 de dezembro de 2021).

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., empresa contratada para a prestação de serviços de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras da Forte Securitizadora S.A., ou pessoas a ela ligadas, não prestou quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa.

São Paulo, 16 de maio de 2023.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Forte Securitizadora S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Forte Securitizadora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Forte Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Mensuração e Registro de Receitas Operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme apresentado na nota explicativa nº 15, a Companhia registrou receita líquida com comissão de estruturação e sucesso, no montante de R\$ 25.488. De acordo com as propostas de estruturação firmadas entre Companhia e seus clientes, a receita é determinada pelo percentual de comissão de estruturação e sucesso acordado entre as partes e são devidas somente quando ocorre de fato a liquidação das operações, porém, com base nas apurações inspecionadas, algumas operações que somaram o valor de receita líquida de R\$ 6.999 foram registradas com base em compromissos de liquidação futura, o que, de acordo com os documentos inspecionados, não caracteriza o cumprimento da “*performance obligation*” necessária para o reconhecimento das receitas de comissão de estruturação e sucesso. Consequentemente, o ativo, o patrimônio líquido e o lucro líquido estão aumentados em R\$ 4.619, já considerando os efeitos do imposto de renda e contribuição social.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, algumas operações que somaram o valor de receita líquida de R\$ 6.999 foram registradas com base em compromissos de liquidação futura, o que, de acordo com os documentos inspecionados, não caracteriza o cumprimento da “*performance obligation*” necessária para o reconhecimento das receitas de comissão de estruturação e sucesso. Consequentemente, o patrimônio líquido e o lucro líquido divulgados no relatório da Administração estão aumentados em R\$ 4.619, já considerando os efeitos do imposto de renda e contribuição social.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Existência e valor justo de direitos creditórios

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía créditos advindos de contrato de aquisição de direito creditório, no montante de R\$ 3.643, os quais, conforme nota explicativa nº 3.b, são classificados como de nível 3. O valor justo de instrumentos financeiros de nível 3, por não serem baseados em dados observáveis de mercado, são mensurados pela Companhia através de dados e premissas desenvolvidas internamente.

A existência e o valor justo dos direitos creditórios, classificados como nível 3, foram considerados como principal assunto de auditoria devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras, dado a utilização de modelo interno, ao uso de estimativas e ao fato de existir julgamento por parte da Administração na precificação do ativo em questão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o objetivo de avaliar a adequação dos processos de existência e avaliação do valor justo dos direitos creditórios, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e análise da precificação do ativo, desenvolvida pela Companhia; (ii) avaliação de documento emitido por consultor jurídico interno da Companhia acerca da transação; (iii) obtenção de “*legal opinion*” emitido por assessor jurídico externo à Companhia acerca da transação; (iv) inspeção de documentos suportes relacionados à existência e cessão do crédito e (v) análise das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos que os processos adotados pela Administração com relação a existência e mensuração do valor justo do direito creditório são apropriados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração e registro das provisões para demandas cíveis, fiscais e trabalhistas e passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía provisão para risco cível, fiscal e trabalhista reconhecida, conforme nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, devido a não existência de processos judiciais definidos com prognóstico de perda provável. No entanto, a Companhia é parte passiva em um processo relevante decorrente do curso normal de suas atividades, que pode resultar em perda significativa em caso de decisão desfavorável à mesma, o qual foi classificado pela Companhia e seus advogados como risco possível, no montante de R\$13.628 (nota explicativa nº 13.2).

A mensuração e registro das provisões para demandas cíveis, fiscais e trabalhistas e passivos contingentes foi considerada um principal assunto de auditoria devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras, dado o uso de estimativa e julgamento da administração na classificação dos riscos desses processos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o objetivo de avaliar a adequação dos processos de mensuração e registro das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) circularização dos advogados patrocinadores de demandas e passivos contingentes da Companhia; (ii) discussões com a administração a respeito dos processos mais relevantes, suas probabilidades de perdas e valores envolvidos; (iii) avaliação de documento emitido por consultor jurídico interno da Companhia para classificação de perda da demanda de maior relevância e (iv) análise das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos que os processos adotados pela Administração com relação a mensuração e registro das provisões para demandas cíveis, fiscais e trabalhistas e passivos contingentes são apropriados, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Os valores relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 31 de março de 2022, sem modificação.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de maio de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Luana de Melo Souza
Contadora
CRC nº 1 SP 292386/O-2

Forte Securitizadora S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores em milhares de reais)

	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.795	66
Outros créditos	6	3.643	-
Impostos a recuperar	7	766	840
Partes relacionadas	9	6.135	93
Depósito judicial	19	17.184	-
Outros ativos		324	95
Total do ativo circulante		29.847	1.094
Ativo não circulante			
Impostos a recuperar	7	12.883	5.627
Depósito judicial	19	10.727	16.000
Impostos diferidos		-	13
Imobilizado		419	516
Intangível		238	306
Direitos de uso	8 (a)	812	412
Total do não circulante		25.079	22.874
Total do ativo		54.926	23.968
Passivo circulante			
Contas a pagar	10	20.429	532
Obrigações trabalhistas	11	1.925	122
Obrigações tributárias		214	110
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Passivo de arrendamentos	8 (b)	351	347
Outras obrigações		6	66
Dividendos a Pagar	14 (d)	1.399	-
Total do passivo circulante		24.324	1.177
Contas a pagar	10	500	-
Impostos diferidos		569	-
Passivo de arrendamentos	8 (b)	491	88
Total do passivo não circulante		1.560	88
Patrimônio Líquido	14		
Capital social		24.258	3.008
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	18.939
Reservas legal		586	291
Reserva de lucros		4.198	465
Total do patrimônio líquido		29.042	22.703
Total do passivo		54.926	23.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Forte Securitizadora S.A.

Demonstrações do resultado
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores em milhares de reais)

	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	15	25.488	11.091
Custos dos serviços	16	(3.089)	-
Lucro Bruto		22.399	11.091
Despesas com pessoal	16	(2.481)	(1.235)
Despesas gerais e administrativas	16	(21.990)	(4.753)
Despesas comerciais e de marketing	16	(386)	(5.529)
Depreciação e amortização	16	(776)	(791)
Outras receitas (despesas), líquidas		(1)	7
Outras receitas (despesas) não recorrentes, líquidas	6	2.233	-
		(23.401)	(12.121)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(1.002)	(1.030)
Resultado financeiro, líquido	17	9.899	4.559
Resultado antes dos impostos		8.897	3.529
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(2.423)	(1.176)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(582)	-
Lucro líquido do exercício		5.892	2.353
Lucro líquido por ação - R\$	14 (e)	0,30	0,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Forte Securitizadora S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores em milhares reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	5.892	2.353
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	5.892	2.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Forte Securitizadora S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores em milhares reais)

	Nota	Capital Social	AFAC	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020		1.585	-	173	888		2.646
Aumento de capital		1.423	-	-	-		1.423
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	18.939	-	-		18.939
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.353	2.353
Reserva legal		-	-	118	-	(118)	-
Reserva de lucros		-	-	-	465	(465)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(559)	(559)
Dividendos pagos					(888)	(1.211)	(2.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		3.008	18.939	291	465	-	22.703
Aumento de capital	14(b)	21.250	(18.939)	-	-		2.311
Lucro do exercício		-	-	-	-	5.892	5.892
Dividendos pagos	14(d)	-	-	-	(465)	-	(465)
Reserva legal	14(c)	-	-	295	-	(295)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14(d)	-	-	-	-	(1.399)	(1.399)
Reserva de lucros	14(d)	-	-	-	4.198	(4.198)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		24.258	-	586	4.198	-	29.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Forte Securitizadora S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.892	2.353
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa:		
Despesa de IR e CS Corrente e Diferido	3.005	-
Depreciação e amortização	775	791
Variações monetárias de contrato com empresas ligadas, operações não comerciais	(114)	-
Juros provisionados – arrendamento	201	114
Provisão de PLR	1.001	-
Crédito Pôr do Sol	(2.143)	-
Atualização sobre depósitos judiciais e créditos fiscais	(2.520)	(102)
(Aumento) redução de ativos		
Depósito judicial	(10.081)	(16.000)
Contas a receber de empresas ligadas, operações não comerciais	(5.928)	-
Outros ativos	(6.751)	72
Aumento (redução) de passivos		
Contas a pagar	18.897	171
Impostos pagos	(2.423)	(3.590)
Obrigações trabalhistas	802	122
Outras Obrigações	74	(341)
(=) Caixa líquido das atividades operacionais	687	(16.410)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(77)	(133)
Aquisição de intangível	-	(341)
(=) Caixa líquido das atividades de investimentos	(77)	(474)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Recebimentos / (pagamentos) para empresas ligadas, operações não comerciais	-	(93)
Pagamento de arrendamento	(727)	(612)
Pagamento de dividendos	(465)	(2.659)
Aumento de capital social	2.311	18.939
(=) Caixa líquido das atividades de financiamentos	1.119	15.575
Acréscimo (Decréscimo) em caixa e equivalentes	1.729	(1.309)
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	66	1.375
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício	1.795	66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1 Contexto Operacional

A Forte Securitizadora S.A. (“Companhia”) foi constituída em 19 de novembro de 2010 e teve o seu registro na JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo efetuado em 25 de novembro de 2010, sob o NIRE nº 35.300.387.619, e desde 01 de junho de 2022, com o advento da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60/21 (“Resolução CVM 60/21”), está registrada junto à CVM como companhia Securitizadora, na Categoria S1, sob nº 345. De 15 de junho de 2011 até a referida data, a Companhia manteve-se registrada junto à CVM como Companhia aberta, na Categoria B. A inexistência de operação de securitização sem instituição de regime fiduciário é o principal requisito para o registro da Companhia na Categoria S1.

A Controladora direta da Companhia é a Forte Securitização e Participações Ltda. (antiga T Forte Participação Ltda.).

O objeto social caracterizado pelas seguintes atividades: **(i)** a realização de Operações de Securitização de Direitos Creditórios, conforme definidos na Resolução CVM 60/21; **(ii)** aquisição de créditos imobiliários e do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários e do agronegócio; **(iii)** realização de Operações de Securitização de créditos e de direitos creditórios imobiliários e/ou do agronegócio; **(iv)** prestação de serviços referentes a operações realizadas no mercado secundário de créditos oriundos de financiamento imobiliário em geral e/ou de créditos do agronegócio; **(v)** gestão e administração de carteiras de crédito imobiliário e/ou do agronegócio, próprias ou de terceiros; **(vi)** emissão de certificados de recebíveis imobiliários e/ou do agronegócio, bem como de outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios e/ou créditos imobiliários e/ou do agronegócio que sejam compatíveis com as suas atividades; **(vii)** prestação de serviços de estruturação de Operações de Securitização de direitos creditórios e de créditos imobiliários e/ou do agronegócio, próprios ou de terceiros; **(viii)** realização de operações de hedge em mercados derivativos, visando a cobertura de riscos na sua carteira de créditos hipotecários, imobiliários e de agronegócios; **(ix)** realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com seu objeto social, incluindo, mas não se limitando, a intermediação de negócios relacionados com o mercado imobiliário e/ou do agronegócio, e prestação de serviços de consultoria; **(x)** a prestação de serviços de agente de garantias em favor de credores de operações de crédito, atuando na auditoria, constituição, registro, controle, monitoramento, custódia, excussão e compartilhamento de garantias; e **(xi)** consultoria de investimentos para fundos de investimento que tenham como objetivo a aquisição de créditos imobiliários e/ou do agronegócio.

A Companhia passou a integrar, desde fevereiro de 2019, o quadro de associados da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Somos ainda aderentes aos Códigos de Ética e de Oferta Pública desta mesma associação.

Em 2 de maio de 2022, entrou em vigor a Resolução CVM 60/21, que dispõe sobre as companhias securitizadoras de direitos creditórios registradas na CVM e revoga as Instruções CVM nºs. 414, de 30 de dezembro de 2004, 443, de 8 de dezembro de 2006, 600, de 1º de agosto de 2018, e 603, de 31 de outubro de 2018. A partir da entrada em vigor da referida Resolução CVM, a Companhia e as companhias Securitizadora registradas na CVM à época tiveram 180 dias para se adaptar à nova norma.

Após análise criteriosa, a administração da Companhia identificou que, dentre as alterações implementadas pela Resolução CVM 60/21, nenhuma provocou impacto no tratamento contábil conferido pela Companhia ao seu patrimônio próprio.



2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com base no custo histórico.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16 de maio de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Continuidade operacional

As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração, considerando a expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que impactam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.



I. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13.1** – Provisão para demandas judiciais e administrativas: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- **Nota explicativa 18** – Valor justo de instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

II. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Notas explicativas 13.1** - Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais e administrativas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, sendo as transações contabilizadas de acordo com o regime de competência. Dentro das práticas contábeis destacam-se as seguintes:

a. Operações com regime fiduciário pleno

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atuou somente com operações vinculadas ao regime fiduciário pleno. Pela fidúcia, tais créditos ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais separados, com o propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores.



Visto que todas as operações da Companhia estão sujeitas a regime fiduciário, e não contam com coobrigação da Companhia, foram apartadas das demonstrações financeiras da Companhia. Uma vez que a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, securitização de ativos na qual a Companhia não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito ou garantia aos novos titulares, e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

b. Resultado

A receita operacional é formada pelo resultado gerado por meio da prestação de serviço em operações sujeitas ao regime fiduciário, que consiste na estruturação de operações de securitização de créditos imobiliários, bem como as rendas de gestão dos patrimônios separados do exercício.

As receitas de contratos com clientes estabelecem um modelo que evidência se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas:

- (i) A identificação do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) A determinação do preço da transação;
- (iv) A alocação do preço da transação; e
- (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes.

Deste modo, o momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais das operações contratadas e/ou dos respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio para os quais oferecem lastro. Em condições normais, a transferência se dá na integralização do recurso por parte dos investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio para os quais a Companhia não oferece qualquer garantia de retorno aos investidores. Nessa oportunidade, exceto pelas receitas operacionais que ainda serão auferidas pela Companhia ao longo do prazo da operação (receita de gestão), as receitas já auferidas são reconhecidas e o respectivo caixa transferido.

Adicionalmente às receitas operacionais, as despesas e custos são representadas basicamente por gastos com pessoal, administrativas e financeiras, as quais estão registradas pelo regime de competência.

O resultado obtido com ativos classificados como nível 3, foram mensurados ponderando dados e premissas internas da Companhia, as quais foram corroboradas por meio de suporte especializado de consultoria jurídica, dado a natureza do tema. Vide detalhamentos na nota 6.



c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem em: receita e despesas com juros, atualização monetária sobre depósitos judiciais e créditos fiscais, rendimento sobre mútuos com partes relacionadas, desconto obtidos e concedidos, rendimento sobre aplicações financeiras, dentre outras transações.

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.



Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Instrumentos Financeiros

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, presentes no CPC 48. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

Os instrumentos financeiros incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas.

e.1 Ativos financeiros

São registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR): de acordo com o CPC 48, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de risco documentada e a estratégia de investimento. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos exercícios.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são medidos por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

e.2 Passivos financeiros

Passivos financeiros não derivativos: São reconhecidos inicialmente pelo valor da transação acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.



e.3 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando usa obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos financeiros transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

e.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Avaliação do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificadas perda nos valores dos ativos.

g. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e caixa.

h. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.



No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, A Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros sobre financiamento com o banco que possui relacionamento.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento



O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI e máquinas de café. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

i. Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.



A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma:

Ativos contingentes:

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso.

Provisões para risco:

São avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.

Passivos contingentes:

São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos. Passivos dessa natureza não são provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível; e não provisionados, nem divulgados, se classificados como perda remota.

k. Benefícios aos empregados

Benefícios curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o correspondente serviço seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou não formalizada de pagar esse montante em função de serviços passados prestado pelo empregado no passado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.



Participação nos resultados

São reconhecidos em conta passiva de obrigações trabalhistas, os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados. Para o programa existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo.

Benefícios pós-emprego

A Companhia não possui planos de benefícios do tipo Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e/ou Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) durante e pós-emprego ou benefícios de contribuição definida.

I. Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41. Não há efeitos de diluição e, consequentemente, o lucro por ação básico e diluído tem o mesmo valor.

4 Novas normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das Demonstrações Financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) Alterações ao IAS 1 (CPC 26): Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Destina-se a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.



b) Alterações ao IAS 8 (CPC 23): Definição de estimativas contábeis

As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações ao IAS 1 (CPC 26): Divulgação de políticas contábeis

As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao CPC 26 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

d) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

e) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 17 (CPC 50) Contratos de Seguros.
- Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture



5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	1	1
Depósito bancário (i)	1.794	65
	1.795	66

(i) Depósito bancário - corresponde às contas correntes da própria operação da Companhia.

6 Outros créditos

No último trimestre de 2022, a Companhia celebrou um contrato de aquisição de direito creditório relativo à valores a receber junto à Pôr do Sol. A Companhia firmou compromisso de pagamento pela aquisição pelo montante de R\$ 1.500.

Em ato contínuo, a Companhia avaliou o valor justo do crédito adquirido pelo montante de R\$3.643, registrando assim um ganho de R\$ 2.143, conforme disposto no quadro a seguir:

Resumo da operação	31/12/2022
Valor justo dos créditos adquirido (i)	3.643
Preço de aquisição	1.500
Efeito no resultado	2.143

- (i) Trata-se de crédito adquirido pela Forte Securitizadora S.A., do Ferro, Castro Neves & Daltro Borges Sociedade de Advogados ("FCDG Advogados"), correspondente a uma fração do valor total de R\$ 9.171 devido originalmente ao FCDG Advogados, a título de honorários de sucumbência oriundos do processo de execução nº 1123547-32.2015.8.26.0100, em curso na 38ª Vara Cível do TJ/SP. A aquisição destes créditos tem como objetivo a realização da liquidação do crédito da Pôr do Sol (conforme definido na nota explicativa 13.1 abaixo), mediante compensação com o processo em curso movido pela Pôr do Sol, nos termos do artigo 368 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

De acordo com a hierarquia do valor justo (CPC 46 – Mensurações do Valor Justo), o cálculo dos créditos adquiridos se enquadra no nível III, por conta de sua complexidade e estrutura de mensuração.

Dentre as premissas utilizadas no cálculo, se destaca a utilização do escritório de advocacia Demarest para validação das peças processuais e do time de controladoria para avaliação dos valores dos créditos.

Do valor total de R\$ 2.233 reconhecido no resultado como outras receitas (despesas) não recorrentes, líquidas, R\$ 2.143 refere-se à transação acima.



7 Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar é formado por imposto de renda retido na fonte no resgate de aplicações financeiras, de impostos e contribuições retidos no recebimento de serviços prestados que serão utilizados para amortização o valor dos impostos (IRPJ e CSLL) devidos no exercício e de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados em exercícios anteriores que estão sendo utilizados para compensações de impostos devidos no exercício por meio de PERDCOMP (pedido de compensação).

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado em 2016	-	1
Saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado em 2019	456	1.140
Saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado em 2020	1.380	1.244
Saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado em 2021	4.530	4.058
Saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado em 2022	7.196	-
Imposto sobre a renda retido na fonte	70	-
PCC retido na fonte a recuperar	14	-
Recolhimento a maior a compensar	3	24
	13.649	6.467
Circulante	766	840
Não circulante	12.883	5.627

8 Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia aluga dois imóveis (conjuntos 41 e 42), com prazo de vencimento de trinta e seis meses, com opção de renovação após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, conforme índices contratuais.

Os montantes registrados no direito de uso são amortizados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é arrendatária em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão assim apresentados:

a. Direito de uso

	Saldo Inicial em 31/12/2021	(+) Adições (i)	(+) Remensurações (ii)	(-) Baixa (iii)	Saldo Final em 31/12/2022
Custos:					
Imóveis	1.654	912	21	(808)	1.779
Amortização acumulada:					
Imóveis	(1.242)	(533)	-	808	(967)
	412	379	21	-	812

- (i) Refere-se à novo contrato relacionado a direito de uso do conjunto 42, que se iniciou em maio de 2022.
- (ii) Trata-se da atualização prevista em contrato do conjunto 41 conforme determina respectiva norma.
- (iii) Refere-se a baixa do contrato de direito de uso do conjunto 42, o qual foi encerrado.



b. Passivo de arrendamento

Na adoção do CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional segundo os princípios do CPC 06- Operações de Arrendamento Mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pela Companhia.

As informações sobre passivo de arrendamento da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão assim apresentados:

	31/12/2022	31/12/2021
Valor nominal a pagar	1.054	511
Despesa financeira não realizada	(212)	(76)
	<u>842</u>	<u>435</u>
Circulante	351	347
Não circulante	491	88

Movimentação dos saldos

A movimentação do passivo de arrendamento da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está assim apresentado:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	435	884
(+) Novos contratos de arrendamento	912	-
(+) Provisão de juros	201	114
(+) Remensurações	21	49
(-) Pagamento de arrendamento	(727)	(612)
Saldo final	<u>842</u>	<u>435</u>

Taxa de desconto

A Companhia estima as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas a sua realidade e características do contrato de arrendamento. Sendo a taxa definida para o conjunto 41 de 12% ao ano e do conjunto 42 de 19,29% ao ano.



9 Partes relacionadas

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo os diretores estatutários, estão registradas no resultado do exercício, pelo regime de competência, e inclui salários, e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2022, as remunerações totalizaram um montante de R\$4.558 (R\$6.537 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorreram de transações com acionistas e Companhias do mesmo grupo econômico.

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber partes relacionadas		
Starhub Formação e Eventos Ltda (i)	-	93
Forte Securitização e Participações Ltda (ii)	6.122	-
HForte Participações S.A. (iii)	13	-
	<u>6.135</u>	<u>93</u>
Efeito no resultado das transações com partes relacionadas		
Forte Securitização e Participações Ltda (ii)	6.236	-
Starhub Formação e Eventos Ltda (i)	-	93
	<u>6.236</u>	<u>93</u>

- (i) Refere-se a uma nota promissória a receber que foi liquidada em dezembro de 2022.
- (ii) Contas a receber que incluem rendimento auferido sobre o mútuo constituído e liquidado em 2022, além de rateio de gastos administrativos e operacionais entre as partes, conforme política firmada em 2022.
- (iii) Trata-se de reembolso de despesas.

10 Contas a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores a pagar	269	457
Cessão de créditos – Pôr do Sol (i)	1.500	-
Contas a pagar – Pôr do Sol (ii)	3.643	-
Hot Beach (iii)	15.498	-
Outros valores a pagar	19	75
	<u>20.929</u>	<u>532</u>
Circulante	20.429	532
Não circulante	500	-

- (i) Trata-se do valor a pagar sobre a compra de cessão de créditos que o escritório FCDG detinha da SPE Por do Sol. Para maiores informações, favor consultar a nota explicativa nº 6.
- (ii) Valor decorrente da condenação da Sentença Arbitral atualizada proferida no Procedimento Arbitral nº A-337/2021 ("Crédito da Pôr do Sol") em novembro de 2022
- (iii) Em 15 de dezembro de 2022, foi proferida a sentença arbitral parcial por meio da qual o Tribunal Arbitral julgou procedente o pleito da contraparte Hot Beach e condenou a Companhia restituir o montante de R\$ 15.498, mediante o levantamento do depósito judicial (NE 19) efetuado anteriormente à instauração do procedimento arbitral, além de se ter reconhecido a competência do Tribunal Arbitral para analisar todos os pedidos formulados pelas partes, inclusive a reconvenção da Companhia.



11 Salários, provisões e contribuições sociais

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e pró-labore a pagar	286	90
PLR a pagar	1.001	-
Provisão de férias	421	-
Rescisão de contrato de trabalho a pagar	38	-
INSS e FGTS a recolher	179	32
	1.925	122

12 Imposto de renda e contribuição social

a. Resultado

Reconciliação da receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.897	3.529
Imposto utilizando a alíquota vigente – 34%	(3.025)	(1.200)
Adições e exclusões permanentes	(4)	-
Outras	24	24
Total de despesa de IR e CS corrente e diferido	(3.005)	(1.176)
Alíquota efetiva	34%	33%

13 Provisão para demandas judiciais e administrativas

13.1 Processos com risco de perda provável

A Companhia é parte envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis e administrativos.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, líquidas dos depósitos judiciais, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, não existe a necessidade de constituição de provisionamento.



13.2 Processos com risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia identificou processos com prognóstico de perda possível no montante de R\$ 13.628 (R\$ 27.999 em 31 de dezembro de 2021) de natureza cível, que envolvem demandas de cunho indenizatório, cautelar ou declaratório decorrentes seja da relação comercial entre a Companhia e tomadores de recursos (cedentes ou devedores de créditos objeto de operações de securitização, conforme o caso) ou da posição de credora da Companhia em sua relação com os clientes dos cedentes de créditos objeto de operações de securitização.

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R\$ 24.258 (R\$ 3.008 em 31 de dezembro de 2021), totalmente subscrito e integralizado. As ações são indivisíveis perante a Companhia e correspondem a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

(b) Aumentos de capital

A Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária em 16 de março de 2022 deliberando aumento do capital social mediante a capitalização de adiantamentos para aumento de capital recebidos no exercício de 2021 no montante de R\$ 18.939, por meio da emissão de 18.938.714 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

No segundo trimestre de 2022, a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária deliberando aumento do capital social mediante a capitalização de adiantamentos para aumento de capital recebidos no primeiro trimestre de 2022 no montante de R\$ 2.311, por meio da emissão de 2.311.014 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

(c) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente, pela Companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da Companhia, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante da reserva de capital, atingir 30% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou o montante de R\$295 (R\$118 em 31 de dezembro de 2021) para a reserva legal.



(d) Dividendos

Conforme disposição estatutária e legislação societária, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

No 1º trimestre de 2022, a Companhia distribuiu aos seus acionistas dividendos no montante de R\$ 465, da conta de reserva de lucros à disposição da assembleia, referente à exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou R\$ 1.399 a título de dividendos a serem pagos. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia distribuiu R\$ 2.353 de dividendos a seus acionistas.

(e) Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Como não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias que refletisse como diluição, o resultado básico e diluído são iguais. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico:

<u>Lucro básico e diluído por ação</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro Líquido do exercício	5.892	2.353
	19.376	2.533
Média ponderada do número de ações		
Lucro Líquido básico e diluído por ação - R\$	0,30	0,93

15 Receita líquida de serviços

A conciliação entre a receita bruta de serviços e a receita líquida de serviços é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de gestão de recebíveis	7.226	11.487
Receita de estruturação	21.000	315
Receita de consultoria (i)	-	443
Receita de coordenador líder (ii)	-	28
COFINS	(1.141)	(491)
PIS	(185)	(80)
ISS	(1.412)	(611)
Receita líquida de serviços	25.488	11.091



- (i) Trata-se de receita de consultoria para estruturação de CCBs.
- (ii) Trata-se de receita de coordenação de operação no mercado de capitais.

16 Custos e despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das suas despesas e custos com base em sua função. Abaixo segue a conciliação para a apresentação de acordo com sua natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(5.503)	(1.235)
Serviços de terceiros	(1.457)	(2.124)
Depreciação e amortização	(243)	(281)
Amortização - direito de uso	(533)	(510)
Despesas com demandas judiciais e administrativas (ii)	(19.243)	-
Infraestrutura de TI	(1.071)	(1.421)
Marketing e comercial (i)	(386)	(5.529)
Outras despesas administrativas	(387)	(1.028)
	<u>(28.823)</u>	<u>(12.128)</u>
Custo dos serviços prestados	(3.089)	-
Despesas com pessoal	(2.481)	(1.235)
Gerais e administrativas	(22.091)	(4.573)
Despesas comerciais	(386)	(5.529)
Depreciação e amortização	(776)	(791)
	<u>(28.823)</u>	<u>(12.128)</u>

- (i) Refere-se principalmente ao patrocínio do evento Fórmula 1 Heineken Grande Prêmio de São Paulo 2021.
- (ii) Refere-se substancialmente a conclusão das arbitragens em 2022 de Hot Beach e Pôr do Sol, nos montantes de R\$ R\$15.498 e R\$3.643, respectivamente.

17 Resultado financeiro, líquido

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	38.195	26.221
Atualização monetária de créditos fiscais	690	102
Rendimentos sobre aplicações financeiras (i)	35.234	26.117
Atualização monetária depósitos judiciais – NE 19	1.830	-
Outras receitas financeiras	441	2
Despesas financeiras	(28.296)	(21.652)
Repasse de rendimentos de aplicações financeiras aos Patrimônios Separados (i)	(27.916)	(21.426)
Multas e juros	(26)	(117)
Outras despesas financeiras	(354)	(109)
Resultado financeiro, líquido	<u>9.899</u>	<u>4.569</u>

- (i) Refere-se substancialmente ao resultado financeiro dos patrimônios separados, os quais conforme requerimento CVM ,são reconhecidos segregados das operações da Companhia.



18 Benefícios a Administradores e Empregados

Em atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia registra que não possui planos de outorga de opção de compra de ações de sua emissão, assim como não oferece ou participa de planos que tenham por objetivo a complementação da aposentadoria ou a cobertura da assistência médica na fase de aposentadoria, para seus administradores.

Da mesma forma, não oferece benefícios representados por custos com demissão além daqueles legalmente instituídos pela legislação.

Os benefícios a administradores, caso existente, estão sendo reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com os serviços prestados.

19 Depósitos Judiciais

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial (i)	16.000	-
Adições (ii)	10.081	16.000
Baixas	-	-
Atualização monetária – NE 17	1.830	-
Saldo Final	27.911	16.000
Curto prazo	17.184	-
Longo prazo	10.727	16.000

- (i) Em 20 de dezembro de 2021, foi pleiteado pelo cedente Hot Beach, em caráter cautelar, o depósito judicial no montante de R\$16.000, para posterior questionamento quanto à retenção realizada pela Companhia a título de compensação de valores devidos pelo cedente em decorrência do descumprimento de obrigações contratuais. Em 15 de dezembro de 2022 foi proferida a sentença Arbitral parcial por meio da qual o Tribunal julgou procedente o pleito da contraparte Hot Beach e condenou a Companhia restituir o montante de R\$ 15.498 (vide NE10), mediante o levantamento do depósito judicial.
- (ii) Em 13 de maio de 2022, foi pleiteado pelo cedente Prestige, em caráter cautelar, o depósito judicial no montante de R\$10.081, para posterior questionamento quanto à retenção realizada pela Companhia a título de compensação de valores devidos pelo cedente em decorrência do descumprimento de obrigações contratuais. A discussão do mérito se dará em arbitragem que está em fase postulatória.



20 Instrumentos financeiros

A Companhia pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado; e

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

I) Risco de crédito

A operação básica da Companhia é a prestação de serviços que são liquidadas em dinheiro, logo a Companhia considera que o risco de crédito é baixo.

II) Risco de liquidez

É aquele que pode vir a ocorrer pelo desequilíbrio entre ativos e obrigações, com o descasamento de prazos entre pagamentos e recebimentos, que possam impactar a capacidade da Companhia em cumprir as suas obrigações financeiras.

A gestão desse risco é realizada pela Administração, considerando perspectivas de recebimentos e desembolsos futuros, com base em projeções de fluxos de caixa futuros, monitorados continuamente, buscando garantir liquidez suficiente à Companhia para suportar eventuais atrasos ou inadimplências em recebimentos, bem como o equilíbrio entre os fluxos de caixa de recebimentos e pagamentos.

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2023	2024	2025	2026 em diante
Ativos financeiros não derivativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.795	1.795	1.795	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	6.135	6.135	6.135	-	-	-
Outros ativos	3.967	3.967	3.967	-	-	-
Depósitos Judiciais	27.911	27.911	17.184	10.727	-	-
Passivos financeiros não derivativos						
Contas a pagar	(20.929)	(20.929)	(20.429)	(500)	-	-
Obrigações por passivos de arrendamentos	(842)	(842)	(361)	(327)	(154)	-
	18.037	18.037	8.151	9.900	(154)	-



31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2022	2023	2024	2025 em diante
Passivos financeiros não derivativos						
Contas a pagar	532	532	537	-	-	-
Obrigações por passivos de arrendamentos	435	435	347	88	-	-
	967	967	984	88	-	-

III) Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do patrimônio.

IV) Risco de juros

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas ou descasamento de moedas nas carteiras ativas e passivas. O indexador condicionado às aplicações financeiras é o CDI. As posições passivas da Companhia estão basicamente representadas pelos Financiamentos decorrentes de arrendamento, os quais estão baseados na variação do IGPM e IPCA. A Companhia enveredou estudos de mercado e posiciona-se de forma a assumir os eventuais descasamentos entre estes indicadores.

V) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia não possui outras operações com instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como não realizou outras operações com derivativos financeiros.

VI) Análise de sensibilidade

Conforme disposto no CPC 40 que aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, a Companhia deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório FOCUS. O cenário provável é o cenário trabalhado pela Administração e pode ser entendido como saldo estimado ao final do exercício atual. Nos cenários II e III foram sensibilizadas as respectivas variáveis de risco em 25% e 50%.



Forte Securitizadora S.A.
Demonstrações financeiras para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de reais)

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da administração da Companhia e o efeito caixa das operações em aberto em 31 de dezembro de 2022, assim como os valores dos indexadores utilizados nas projeções.

Operação	Variável de risco	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (-25%)	Cenário V (-50%)
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	1.795	2.022	2.079	2.136	1.965	1.909
Depósitos judiciais	SELIC	27.911	31.470	32.359	33.249	30.580	29.690
Passivo de arrendamento – conjunto 41	IGP-M	72	79	80	82	77	75
Passivo de arrendamento – conjunto 42	IPCA	770	805	814	822	796	787
Impacto no resultado antes dos impostos			3.828	4.784	5.741	2.870	1.913

Indexador	31 de dezembro de 2022				
	Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (-25%)	Cenário V (-50%)
CDI	12,65%	15,81%	18,98%	9,49%	6,33%
SELIC	12,75%	15,94%	19,13%	9,56%	6,38%
IGP-M	4,54%	5,68%	6,81%	6,78%	4,52%
IPCA	9,04%	11,30%	13,56%	3,41%	2,27%

Para cada cenário foi calculado a receita e despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos. Além disto, foi utilizado a data base de 31 de dezembro de 2022 projetando os índices até 31 de dezembro de 2023 e verificando a sensibilidade destes em cada cenário no período atual.

VII) Determinação do valor justo

A administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo.



Forte Securitizadora S.A.
Demonstrações financeiras para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de reais)

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumentos	Classificações dos instrumentos financeiros	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	1.795	1.795	66	66
Depósitos judiciais	Valor justo	27.911	27.911	16.000	16.000
Contas a receber de parte relacionadas	Custo amortizado	6.135	6.135	93	93
Outros ativos (i)	Custo amortizado	4.324	4.324	95	95
Contas a pagar	Custo amortizado	(21.030)	(21.030)	(532)	(532)
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	(842)	(842)	(435)	(435)
Outras obrigações	Custo amortizado	(1)	(1)	(66)	(66)
		13.968	13.968	15.221	15.221

(i) Composto pelas rubricas devedores diversos, outros créditos e outros ativos.

VIII) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2022				
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.795	-	1.795
Cessão de crédito – Pôr do Sol	-	-	3.643	3.643
	-	1.795	3.643	5.438



Forte Securitizadora S.A.
Demonstrações financeiras para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de reais)

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2021				
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	-	66	-	66
	-	66	-	66

Critérios e premissas utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia foram apurados conforme descrito abaixo. A Companhia não atua no mercado de derivativos, assim como não há outros instrumentos financeiros derivativos registrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui instrumentos financeiros de nível 1 e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

O valor justo foi estimado na data do balanço, baseado em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem impactar as estimativas apresentadas.

21 Seguros

A Companhia possui cobertura de seguro de responsabilidade para danos pessoais a terceiros e danos materiais a ativos tangíveis, bem como para riscos de incêndio, relâmpagos, danos elétricos, fenômenos naturais e explosões de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir os riscos possíveis para seus ativos e/ou suas responsabilidades.

Tipo de seguro	Vigência	Consolidado
Seguro fiança	maio/23	569.927
Risco nomeados	novembro/23	5.460.000
D&O	junho/23	25.000.000



22 Eventos subsequentes

Em 11 de janeiro 2023, após realizarem um acordo, a Hot Beach e a Companhia peticionaram na Ação Cautelar Pré-Arbitral, conjuntamente, requerendo o levantamento dos valores depositado nos autos (i) em favor da Hot Beach, no valor de R\$15.498, para fins de cumprimento da sentença arbitral parcial, e (ii) em favor da Companhia, do saldo remanescente.

Entretanto, por um equívoco, o valor total de R\$ 17.442 foi depositado na conta da Hot Beach, que, no dia 7 de fevereiro de 2023, realizou, a transferência do valor excedente na conta da Fortesec, no exato montante de R\$ 1.944. Neste momento, o procedimento arbitral segue em sua segunda fase, para que os outros pedidos sejam analisados, entre eles, a reconvenção da Companhia, que trata da indenização decorrente da violação do direito de preferência.